João Pedro Graça, boletineiro de 1.ª classe de Lisboa — concedida aposentação ordinária, que requereu pelo Ministério do Fomento, com a pensão anual de 252,5000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de Julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908. (Visto em 12 de Junho de 1912).

Por despachos de ontem:

Concedidos trinta dias de licença, para se tratar, ao terceiro oficial da Direcção Geral da Contabilidade Pública, Luís Filipe Andrade Albuquerque Bettencourt. Idem, idem, idem, José Maurício da Cunha Monteiro. Prorrogada, por mais trinta dias, a licença que foi concedida, em 17 de abril último, ao medidor, de 2.ª classe da praça do Pôrto, servindo na Direcção Geral da Estatística, Adelino Cabral.

Ministério das Finanças, Secretaria Geral, em 13 de Junho de 1912. — *M. M. A. da Silva Bruschy.*

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

3.ª Repartição

Para os devidos efeitos se publica que, na tabela relativa ao imposto do rial de água que acompanhou o decreto de 30 de Junho de 1911, publicado no *Diário do Governo* n.º 283, de 5 de Dezembro de 1911, o factor relativo ao mesmo imposto no distrito de Aveiro deve ser 10,0888.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos, em 13 de Junho de 1912. — O Director Geral, *Júlio Maria Baptista.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

3.ª Secção

Por decreto de 20 de Abril último, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado:

Aspirante de 1.ª classe da administração naval, Carlos Pereira Madruga de Sousa Bentes — promovido a guarda-marinha da administração naval, devendo ser-lhe contada para os efeitos legais a sua antiguidade como guarda-marinha desde 4 de Abril do corrente ano e colocado no quadro comum dos segundos tenentes e guardas-marinhas da administração naval á esquerda do guarda-marinha, Orlando Alves da Costa Braga, e á direita do guarda-marinha Eduardo Pinto Balsemão.

Por decretos de 3 do corrente, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado:

Capitão de mar e guerra maquinista graduado, Joaquim Batista Leone — mandado passar á situação de reformado a contar de 22 de Fevereiro último.

Capitão-tenente, César Augusto de Melo Guerreiro — mandado regressar á situação de serviço na arma, sendo nela considerado desde 1 do corrente mês.

Guarda-marinha auxiliar do serviço naval, Josué Mané — promovido a segundo tenente auxiliar do serviço naval, devendo ser-lhe contada para todos os efeitos legais a sua antiguidade no posto de segundo tenente desde 18 de Maio findo.

Sargento-ajudante n.º 71 de matrícula do corpo de marinheiros da armada, António Augusto da Costa — promovido a guarda-marinha auxiliar do serviço naval, devendo ser-lhe contada para todos os efeitos legais a sua antiguidade no posto de guarda-marinha desde 11 de Maio findo.

Por portaria de 13 do corrente:

Guarda-marinha, João de Castro Neves Pereira Leite — concedida licença por noventa dias, para se tratar.

Majoria General da Armada, em 13 de Junho de 1912. — O Major General da Armada, *J. M. Teixeira Guimarães.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

Em nota de 7 do corrente comunicou a esta Secretaria do Estado a Legação da Alemanha ter a República de S. Marino aderido á convenção rádio-telegráfica internacional, de 3 de Novembro de 1906, e respectivo protocolo final.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 13 de Junho de 1912. — *A. F. Rodrigues Lima.*

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral das Obras Públicas e Minas

Repartição de Caminhos de Ferro e Pessoal

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos:

Junho 1 (decretos)

Afonso do Vale Coelho Cabral, engenheiro chefe de 2.ª classe da secção de obras públicas do corpo de engenharia civil — promovido a engenheiro chefe de 1.ª classe da mesma secção e corpo.

António José Arroio, idem, idem — idem, continuando na situação de serviço destacado em que se encontra. Deocleciano Alberto Foio de Carvalho, engenheiro subalterno de 1.ª classe, idem — idem a engenheiro chefe de 2.ª classe.

Joaquim Augusto de Macedo Freitas, idem, idem — idem, continuando na situação de serviço destacado em que se encontra.

Luís de Melo Correia Pereira Medela, engenheiro subalterno de 2.ª classe, idem — idem a engenheiro subalterno de 1.ª classe.

Simão Valdez Trigueiros de Martel, engenheiro subalterno de 2.ª classe, idem na situação de disponibilidade — passado á situação de actividade.

(Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 8 do corrente).

António Maria Pães, apontador de 3.ª classe da Direcção de Obras Públicas do distrito de Aveiro — nomeado, precedendo concurso, chefe de conservação, e colocado na 2.ª Direcção de Obras Públicas do distrito de Lisboa.

João Ribeiro de Oliveira, idem, idem de Santarém — idem, e colocado na 3.ª Direcção de Serviços Fluviais e Marítimos.

(Visto do referido Conselho, de 8 do corrente).

Junho 13

Deocleciano Alberto Foio de Carvalho, engenheiro chefe de 2.ª classe da secção de obras públicas do corpo de engenharia civil, em serviço na Direcção de Estudos e Ensaios de Materiais de construção — trinta dias de licença, para se tratar, ficando obrigado ao pagamento dos respectivos emolumentos, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do decreto de 16 de Junho de 1911, e do imposto do selo, nos termos doutro decreto da mesma data.

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, em 13 de Junho de 1912. — O Director Geral, *Francisco da Silva Ribeiro.*

Repartição de Minas

1.ª Secção

Manuel de Arriaga, Presidente da República Portuguesa, pelo voto da Assembléa Nacional Constituinte, faço saber aos que este meu alvará virem que, tendo-me sido presente o requerimento em que a companhia inglesa denominada Wolfram Mining and Smelting & Company, Limited, pede a transmissão da propriedade da mina de volfrâmio, do Cabeço do Pião, freguesia da Barroca, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco;

Considerando que, por alvará de 20 de Janeiro de 1898, foi a propriedade desta mina transferida para a Sociedade de Minas de Wolfram, em Portugal;

Vistos os documentos por onde se prova que a requerente é legítima cessionária de todos os direitos conferidos pelo citado alvará de 20 de Janeiro de 1898, e que foi pago o imposto exigido pelo n.º 2.º do artigo 2.º do regulamento aprovado por decreto de 23 de Dezembro de 1899;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas;

Visto o artigo 42.º do decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892;

Hei por bem, conformando-me com o parecer do mesmo Conselho, aprovar a transmissão da propriedade da mina de volfrâmio do Cabeço do Pião, freguesia da Barroca, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco, para a companhia inglesa Wolfram Mining and Smelting & Company, Limited, ficando sujeita aos mesmos encargos e obrigações impostas pelo mencionado alvará de 20 de Janeiro de 1898 e a todas as disposições da lei e regulamentos em vigor ou que de futuro vierem a ser promulgados.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente alvará pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Não pagou direitos de mercê por os não dever.

E, por firmeza do que dito é, este vai por mim assinado e selado com o selo da República Portuguesa e com os de estampilha a que se refere o decreto de 16 de Junho de 1911.

Dados nos Paços no Governo da República, em 18 de Maio de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *José Estêvão de Vasconcelos.* — (Lugar do selo da República Portuguesa).

Alvará aprovando a transmissão de propriedade da mina de volfrâmio do Cabeço do Pião, freguesia da Barroca, concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco, para a companhia inglesa Wolfram Mining and Smelting & Company Limited, pela forma e com as prescrições retro declaradas.

Passou-se por despacho de 10 de Maio de 1912.

Emídio Cardoso o fez.

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Repartição do Comércio

Tendo a associação de socorros mútuos Montepio Figueirense, com sede na Figueira da Foz, requerido autorização para comprar um prédio para a sua instalação;

Determinando o n.º 2.º do artigo 13.º do decreto de 2 de Outubro de 1896, que as associações de socorros mútuos podem, com prévia autorização do Governo, possuir

os prédios urbanos necessários para os seus escritórios, administração e dependências:

Concede o Governo da República Portuguesa, á associação de socorros mútuos Montepio Figueirense, com sede na Figueira da Foz, autorização para possuir um prédio urbano para a instalação dos seus escritórios, administração e dependências, ao qual não poderá dar aplicação diferente no todo ou em parte.

Paços do Governo da República, em 11 de Junho de 1912. — O Ministro do Fomento, *José Estêvão de Vasconcelos.*

Tendo a Caixa Económica de Angra do Heroísmo submetido á aprovação do Governo novos estatutos para substituírem aqueles por que actualmente se rege, aprovados por alvará de 10 de Setembro de 1901, e cuja validade, que devia terminar em 31 de Dezembro de 1910, foi prorrogada até 30 de Junho corrente;

Não convindo resolver em tam curto prazo este assunto, que carece de ser bem ponderado:

Manda o Governo da República Portuguesa que seja prorrogada até 31 de Dezembro do corrente ano a validade dos estatutos da Caixa Económica de Angra do Heroísmo, aprovados por alvará de 10 de Setembro de 1901.

Paços do Governo da República, em 13 de Junho de 1912. — O Ministro do Fomento, *José Estêvão de Vasconcelos.*

Para conhecimento das repartições, tribunais e autoridades a quem pertencer, se faz público que, nas datas abaixo mencionadas, se efectuaram os despachos que vão designados:

Alvará de 20 de Janeiro de 1912:

Aprovando os estatutos da Associação do Classe dos Trabalhadores Rurais Aldegalense, com sede em Aldeia Galega do Ribatejo, concelho da mesma denominação.

Alvará de 20 de Abril do mesmo ano:

Aprovando os estatutos da Associação Comercial da classe de Logistas de Retalho do concelho de Ponta Delgada, com sede em Ponta Delgada, concelho da mesma denominação.

Alvarás de 27 do mesmo mês:

Aprovando os novos estatutos da Associação de Socorros Mútuos A Instrução do Operário Liberal, com sede no Pôrto.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Ponta Delgada, com sede em Ponta Delgada, concelho da mesma denominação.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Operários Barbeiros e Artes Correlativas de Ponta Delgada, com sede em Ponta Delgada, concelho da mesma denominação.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Operários de Alfaiate e Artes Correlativas de Ponta Delgada, com sede em Ponta Delgada, concelho da mesma denominação.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Operários de Construções Navais e Artes Correlativas de Ponta Delgada, com sede em Ponta Delgada, concelho da mesma denominação.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas de Ponta Delgada, com sede em Ponta Delgada, concelho da mesma denominação.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Operários Metalúrgicos e Artes Correlativas de Ponta Delgada, com sede em Ponta Delgada, concelho da mesma denominação.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Operários Tipógrafos e Artes Correlativas de Ponta Delgada, com sede em Ponta Delgada, concelho da mesma denominação.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Concelho da Vila da Feira, com sede no concelho da Feira, concelho da mesma denominação.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe Martinha de Peniche, com sede em Peniche, concelho da mesma denominação.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 25 de Maio de 1912. — O Director Geral, *M. Correia de Melo.*

Repartição do Trabalho Industrial

Despachos por decretos de 6 do corrente:

Engenheiro Luís Ferreira Girão, Visconde de Vilarinho de S. Romão — exonerado, a seu pedido, de chefe da 1.ª Circunscrição Industrial.

Engenheiro Joaquim Augusto de Macedo Freitas, que servia como adjunto na 1.ª Circunscrição Industrial — nomeado chefe da mesma circunscrição. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 8 do corrente).

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 13 de Junho de 1912. — O Director Geral, *M. Correia de Melo.*

Direcção Geral de Agricultura

Repartição dos Serviços Agronómicos

Tendo-se verificado o caso previsto no artigo 2.º do regulamento de 30 de Novembro de 1899;

Atendendo ao disposto no § 2.º do artigo 3.º e no ar-

tigo 11.º do mesmo regulamento, e havendo sido observadas as disposições dos referidos artigos 2.º e 3.º e de seus parágrafos;

Tendo sido ouvido o Conselho Superior de Agricultura; e, sob as propostas dos Ministros das Finanças e do Fomento;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É permitida no distrito de Ponta Delgada a importação de 1.800.000 kilogramas de milho exótico com exclusivo destino à alimentação pública do mesmo distrito, mediante o pagamento do direito de 5 réis por quilograma.

§ 1.º A importação da quantidade de milho, de que trata este artigo, só será permitida desde a data da publicação deste decreto, até 30 de Setembro do corrente ano.

§ 2.º O mesmo milho não poderá ser vendido por preço superior ao normal, nos termos a que se refere o artigo 7.º do regulamento de 30 de Novembro de 1899, ficando sujeito à fiscalização designada no § único do mesmo artigo.

Art. 2.º Fica proibida a exportação de milho no distrito de Ponta Delgada, até o fim do corrente ano cerealífero.

Os Ministros das Finanças e do Fomento assim o tenha entendido e façam executar. Paços do Governo da República, em 5 de Junho de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes* — *José Estêvão de Vasconcelos*.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

1.ª Direcção

1.ª Divisão

Despachos efectuados nas datas abaixo indicadas

Por decretos de 1 do corrente, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 8 de Junho de 1912:

Cipriano Dias Simões de Carvalho, segundo aspirante do quadro dos telégrafos — promovido a primeiro aspirante do mesmo quadro, por antiguidade, na vaga resultante por falecimento de Fernando Joaquim Covas.

Paulo da Costa Guerreiro — nomeado para o lugar de segundo aspirante do quadro dos telégrafos, nos termos do § 2.º (transitório) do artigo 229.º do decreto orgânico de 24 de Maio de 1911 e na vaga resultante da promoção do antecedente.

Guilherme Augusto de Faria, encarregado da estação — provido, por antiguidade, no lugar de segundo aspirante do quadro dos telégrafos, nos termos da alínea b) do artigo 229.º, já citado, e na vaga que deve resultar, na classe de segundos aspirantes, pela promoção a primeiro, originada pelo falecimento de Máximo Julião Paes Júnior, não se efectuando ainda a referida promoção em virtude de não haver funcionários habilitados em concurso para esse fim, isto em conformidade com o § 4.º do referido artigo 229.º

Manuel António Lopes, segundo aspirante do quadro dos telégrafos — promovido a primeiro aspirante do mesmo quadro por antiguidade na vaga resultante do falecimento de Lindorfo Silvério Navarro.

António Vieira Rodrigues Júnior — nomeado segundo aspirante do quadro dos telégrafos, nos termos do § 2.º (transitório) do artigo 229.º do decreto orgânico de 24 de Maio de 1911, já citado, e na vaga resultante da promoção do antecedente.

Por decreto de 5 do corrente com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, também de 8 de Junho de 1912:

José Lourenço Mateus, José Custódio Nunes, Domingos Tomé, José Bernardo Ferreira de Aguiar, Joaquim Rodrigues Gonçalves, Francisco Paulo dos Santos Mendonça, António Furtado da Silva, Joaquim de Jesus Paixão, Arnaldo Domingos da Rocha e Manuel Serrano, segundos aspirantes do quadro dos telégrafos — promovidos a primeiros aspirantes do mesmo quadro, precedendo concurso, e nas vagas resultantes respectivamente das promoções a segundos oficiais de Domingos de Almeida, Manuel Cândido Loureiro, Henrique Ezequiel da Silva Carvalho e Gabriel Nunes Mantas; falecimentos de Jorge Augusto Pires, Joaquim Vitorino Domingues, Hipólito Augusto Esteves e João Francisco Bemfica; promoção de Alexandre Teixeira de Sousa Braga e falecimento de Máximo Julião Paes Júnior.

Por despachos também de 5 do corrente:

Paulo da Costa Guerreiro, segundo aspirante do quadro dos telégrafos — colocado na estação telegráfica central de Lisboa.

Guilherme Augusto Faria e António Vieira Rodrigues Júnior, segundos aspirantes do mesmo quadro — colocados respectivamente nas estações de Santarém e Horta.

Por despachos de 6 do corrente:

Maria Rita Barbosa Pinto, encarregada da estação telegrafo-postal de Pernes — transferida, por conveniência do serviço, para idêntico lugar na Ribeira de Santarém.

Maria de Jesus Alves Pereira, encarregada da estação telegrafo-postal do Couço — transferida, por conveniência do serviço, para idêntico lugar em Pernes.

Francisco António Marrana — nomeado para o lugar de encarregado da estação telegrafo-postal de 4.ª classe, em Couço, com o vencimento anual de 200\$000 réis. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 8 de Junho de 1912).

Por despacho de 8:

Adriano Marcolino Pires, 1.º aspirante do quadro dos telégrafos — mandado passar à situação de inactividade, com o vencimento anual de 560\$000 réis, que lhe compete nos termos do artigo 306.º do decreto orgânico acima citado.

Por despacho de 13:

Fernando da Silva, 2.º aspirante, chefe da sub-secção eléctrica de Évora — transferido, a seu pedido, para idêntico lugar na sub-secção eléctrica de Leiria.

2.ª Divisão

Em despacho de 12 do corrente:

Manuel da Costa, carteiro divisor, e João Dias, carteiro de 1.ª classe, ambos da estação central dos correios de Lisboa — mandados passar à situação de inactividade com o vencimento anual, respectivamente, de 360\$000 e 342\$000 réis, que lhes compete nos termos da lei.

Em 13:

Determinando que sejam elevados a 342\$000 réis anuais os vencimentos dos carteiros de 1.ª classe, Manuel de Matos, de Lisboa, e Francisco António Trabulo Monge, do Porto, nos termos do n.º 18.º do artigo 322.º do decreto, com força de lei, de 24 de Maio de 1911, e a contar, respectivamente, de 6 de Fevereiro de 1912 e 1 de Julho de 1911.

João Hermógenes dos Santos e António Germano Sardiha — nomeados distribuidores supranumerários do Funchal.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 13 de Junho de 1912. — Pelo Administrador Geral, *João Maria Pinheiro e Silva*.

2.ª Direcção

1.ª Divisão

Tendo sido vistoriada pela fiscalização técnica do Governo a sub-estação de transformação de energia eléctrica de Bernardino Jordão, concessionário da iluminação eléctrica de Guimarães, alimentada pela energia fornecida pela Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, e julgada em condições de ser explorada, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, em presença do parecer da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, que seja autorizado o referido Bernardino Jordão a explorar a sub-estação indicada, devendo cumprir as seguintes cláusulas:

1.ª Manter em bom contacto com a terra as carcassas e suportes dos transformadores;

2.ª Resguardar, por balaústradas de vedação, os transformadores e os diferentes aparelhos de alta tensão.

3.ª Colocar passadeiras de caucho em volta dos locais onde se encontrem aqueles aparelhos.

4.ª Colocar na sub-estação quadros com os esquemas da instalação e as instruções para o manejo dos diferentes aparelhos e para os socorros a prestar às vítimas de acidentes produzidos pelas correntes eléctricas.

Paços do Governo da República, em 13 de Junho de 1912. — O Ministro do Fomento, *José Estêvão de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

2.ª Repartição

Despacho efectuado na data abaixo indicada

Por portaria de 12 do corrente mês:

António Alfredo de Serpa Corte Rial Júnior, escrivão do primeiro officio do juízo de direito da comarca de Macau — confirmado o parecer da Junta de Saúde das Colónias que lhe arbitrou noventa dias de licença para se tratar. (Tem a pagar os respectivos emolumentos e adicionais).

Direcção Geral das Colónias, em 12 de Junho de 1912. — O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Editais

Anselmo Braamcamp Freire, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Faço saber que, por deliberação camarária de 16 do corrente mês, foi prorrogado por sessenta dias, a contar da presente data, o prazo para a substituição de carros para transporte de carnes, conforme o determinado no § único do artigo 12.º da postura de 2 de Março de 1911.

O referido artigo 12.º é do teor seguinte:

«O transporte de carne para os talhos só poderá fazer-se em carroças cobertas, do projecto aprovado pela Câmara e mantidas em perfeitas condições higiénicas.

§ único. Aos talhos já existentes é concedido o prazo

de um ano para substituir ou modificar os seus actuals veículos de transporte das carnes».

E para constar, mandei publicar o presente edital no *Diário do Governo*, e afixar outros idênticos nos lugares públicos do costume.

Paços do Concelho, em 27 de Maio de 1912. — *Anselmo Braamcamp Freire*.

Anselmo Braamcamp Freire, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Faço saber que a Câmara resolveu em sessão de hoje mandar suspender a execução da postura sobre a venda do leite e matança de gado suíno, datada de 27 de Julho de 1909, e pôr noyamente à reclamação dos interessados, durante trinta dias, o projecto apresentado na sessão camarária de 24 de Fevereiro de 1910.

Paços do Concelho, em 13 de Junho de 1912. — O Presidente da Câmara, *A. Braamcamp Freire*.

Feira de Agosto

A Câmara manda anunciar que no próximo dia 18 do corrente se abrirá novo prazo, nas condições do primeiro, para a entrega de requerimentos pedindo o aluguer dos terrenos que ainda se acham vagos na feira que se há-de inaugurar em 1 de Agosto no Parque Eduardo VII.

Paços do Concelho, em 13 de Junho de 1912. — Pelo Secretário da Câmara, o 1.º official-chefe, *Ferreira Mendes*.

JUNTA DO CRÉDITO PÚBLICO

Repartição Central

Processo n.º 154:677

Por esta Secretaria e nos termos do artigo 34.º, § 1.º, n.º 10-a), do decreto de 8 de Outubro de 1900, correm éditos de trinta dias a fim se justificar administrativamente o extravio dum título de dívida pública, do fundo de 3 por cento, dos números e capitais abaixo designados e com assentamento a favor da Sociedade Martins Sarmiento, com sede em Guimarães, a saber: de 1:000\$000 réis, n.º 36:086.

Esta justificação tem lugar a requerimento da Direcção da mesma Sociedade; e findo o prazo dos éditos sem impugnação, será a pretensão resolvida como for de justiça.

Secretaria da Junta do Crédito Público, em 23 de Maio de 1912. — O Director Geral, *Tomás Eugénio Mascarenhas de Menezes*.

Repartição de Contabilidade

Pagamento dos juros do 1.º semestre de 1912 das pensões vitalícias, apólices vitalícias, da dívida interna consolidada de 3 por cento, das obrigações de 4 por cento de 1888, das obrigações da dívida interna amortizável de 4½ por cento de 1903-1905, e dos juros do 2.º trimestre, do 1.º semestre de 1912, do empréstimo de 5 por cento de 1909, com garantia nos Caminhos de Ferro do Estado.

Para conhecimento de quem interessar se anuncia o seguinte:

Que o pagamento do juro do trimestre vencido em 30 de Junho do corrente, do empréstimo de 5 por cento de 1909, com garantia nos Caminhos de Ferro do Estado, e emitido por decreto de 27 de fevereiro de 1909, e o dos títulos da dívida interna consolidada de 3 por cento, incluindo os que tiverem cláusula de usufruto, se realizará no mês de Julho, às terças, quintas e sábados;

Que o pagamento das pensões vitalícias, das apólices vitalícias, dos juros dos donatários vitalícios, das obrigações de 4 por cento de 1888, das de 4½ por cento de 1903-1905, terá lugar durante o mês de Julho, às segundas e quartas-feiras;

Que o pagamento dos juros de semestres atrasados, tanto no mês de Julho como nos seguintes, realizar-se há às sextas-feiras;

Que os pagamentos por desconto de juros e das amortizações dos títulos sorteados se efectuarão em todos os dias úteis, excepto 31 de Julho;

Que os portadores de títulos com cláusula de usufruto, incluindo os de pensões vitalícias e de donatários vitalícios, tem de apresentar prova de existência em 30 de Junho corrente ou posteriormente a esta data;

Que o pagamento começa às onze horas, terminando às quinze (três da tarde);

Que a partir de 1 de Agosto próximo futuro o pagamento dos juros dos diferentes empréstimos realizar-se há em todos os dias úteis, indistintamente.

Secretaria da Junta do Crédito Público, em 6 de Junho de 1912. — O Director Geral, *Tomás Eugénio Mascarenhas de Menezes*.

ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE PENACOVA

Editais

O cidadão Amândio dos Santos Cabral, administrador do concelho de Penacova:

Faço saber que a esta administração baixou, a fim de ser intimado, o acórdão da Comissão Distrital de Coimbra, do teor seguinte:

«Acórdão.—Vistas estas contas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia do concelho de Penacova, relativas ao ano económico de 1891-1892, pelas quais são responsáveis os gerentes Joaquim Miguel Rodrigues, Joaquim dos Santos Cabral, Augusto Nogueira Sêco, Fran-